

Judiciário briga para aumentar seus gastos em 167%

BRASÍLIA — Caberá ao Legislativo arbitrar uma briga entre os poderes Executivo e Judiciário. E esta desconfortável situação os políticos vão ter que enfrentar quando examinarem o Orçamento Geral da União (OGU). Pela Constituição, o Judiciário tem "autonomia financeira" e, em nome disto, os magistrados fizeram sua própria lista de gastos, que corresponde a 167% mais que o previsto. Agora, os políticos vão ter que decidir com que versão vão ficar. Se decidirem contrariar o Executivo, aprovando as novas despesas do Judiciário, terão que cortar em outras áreas.

Durante a preparação do OGU houve uma surda troca de farpas entre os dois poderes. Na Seplan, os técnicos entenderam que autonomia financeira não é o mesmo que orçamentária e decidiram fazer uma previsão de gastos para o Judiciário com base na despesa de 89 e nos acréscimos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma camisa-de-força mandada pelo próprio Congresso para o governo, que deveria usá-la como um manual na preparação do Orçamento.

Magras dotações — O Judiciário não

gostou nada das magras dotações orçamentárias. No dia 2 de agosto, através de uma "interpretação constitucional", o Supremo Tribunal Federal considerou que o Executivo seria apenas um mero encaminhador do orçamento do Judiciário. Teria que conduzi-lo "nos termos em que for formulado", ou seja, o Judiciário tinha poderes para fazer seu próprio Orçamento. Depois que o STF faz uma interpretação constitucional, só o próprio Supremo pode mudá-lo. Acontece que, a esta altura, toda a Receita já estava distribuída. Assim, nada restava aos técnicos senão perguntar ao presidente o que fazer.

A resposta do presidente José Sarney foi que tentassem aumentar a dotação orçamentária do Judiciário o máximo possível e que deixassem a decisão final ao Congresso. Os técnicos conseguiram uma elevação de 34,5%, mas esta não satisfazia os magistrados. O problema do Executivo é que, por determinação constitucional, não se pode mandar um orçamento desequilibrado. É preciso que as despesas correspondam às receitas.

Dúvida — Os técnicos enfrentaram então

a seguinte dúvida: se incorporassem o orçamento feito pelo Judiciário desrespeitariam a outra determinação constitucional. A saída foi então encaminhar, mas não incorporar, e deixar o problema para ser resolvido pelo Congresso. Na mensagem que seguiu junto com o Orçamento, o presidente explica o problema: "O Poder Executivo viu-se diante do seguinte dilema: não poderia alterar a proposta do Poder Judiciário, mas se a considerasse tal como formulada levaria o total das despesas a ser superior ao da receita, contrariando a LDO."

Depois da explicação, o governo informa que, neste impasse, decidiu encontrar uma solução que dá "margem a que o Poder Legislativo possa fixar as despesas do Poder Judiciário nos níveis que considerar adequado." Esta questão era considerada tão delicada que na noite do domingo assessores do presidente decidiram retirar uma frase da mensagem presidencial, escrita na Seplan, que criticava o STF por não detalhar suas despesas como fizeram todos os outros órgãos. A frase "para a qual o governo obteve resposta, exceto do Supremo Tribunal Federal" foi para o lixo.